

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S)	: FÁTIMA ROSSÍ CAMARGO BEDINI
ADV.(A/S)	: MARÍLIA PINHEIRO MACHADO BUCHABQUI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSIST.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - CNSP E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JULIO BONAFONTE
ASSIST.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM
ADV.(A/S)	: PAULO ANTÔNIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA E OUTRO(A/S)
ASSIST.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-CFOAB
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO E OUTRO(A/S)

EMENTA: CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. APURAÇÃO ENTRE A DATA DE REALIZAÇÃO DA CONTA DOS VALORES DEVIDOS E A EXPEDIÇÃO DA RPV. RELEVÂNCIA DO LAPSO TEMPORAL. CABIMENTO.

REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA QUANTO AO CABIMENTO DA APLICAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. “O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, CONHECENDO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, JULGARÁ A CAUSA, APLICANDO O DIREITO À ESPÉCIE” (Súmula 456/STF). Aplicabilidade ao recurso extraordinário em exame.

2. É devida correção monetária no período compreendido entre a data de elaboração do cálculo da requisição de pequeno valor -

ARE 638195 / RS

RPV e sua expedição para pagamento.

Recurso extraordinário conhecido, ao qual se dá parcial provimento, para cassar o acórdão-recorrido, de modo que o TJ/RS possa dar continuidade ao julgamento para definir qual é o índice de correção monetária aplicável em âmbito estadual.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do ministro Joaquim Barbosa, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos e nos termos do voto do Relator, em conhecer e dar provimento ao recurso extraordinário. Vencidos os Ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio.

Brasília, 29 de maio de 2013.

Ministro JOAQUIM BARBOSA

Presidente

Documento assinado digitalmente

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S)	: FÁTIMA ROSSÍ CAMARGO BEDINI
ADV.(A/S)	: MARÍLIA PINHEIRO MACHADO BUCHABQUI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSIST.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - CNSP E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JULIO BONAFONTE
ASSIST.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM
ADV.(A/S)	: PAULO ANTÔNIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA E OUTRO(A/S)
ASSIST.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-CFOAB
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Trata-se de recurso extraordinário com agravo interposto de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO ADMINISTRATIVO EXECUÇÃO DA SENTENÇA REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE O PERÍODO ENTRE A EXPEDIÇÃO E O SEU EFETIVO PAGAMENTO POSSIBILIDADE APLICAÇÃO DO § 12 DO ART. 100 DA CF.

ARE 638195 / RS

Agravo de instrumento parcialmente provido.”

Interpostos recursos de embargos de declaração, houve por bem o TJ/RS rejeitá-los (fls. 125 e 136).

O recorrente sustenta violação dos arts. 5º, caput, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 93, IX e 100, § 1º da Constituição.

Em síntese, o recorrente argumenta que entre a data de elaboração dos cálculos pertinentes e o efetivo pagamento dos valores requisitado por RPV há depreciação do valor da moeda, de modo a levar o jurisdicionado a receber quantia efetivamente menor do que aquela definida em sentença transitada em julgado.

Ademais, o recorrente diz que a falta de pagamento nesse mesmo lapso de tempo beneficia o estado-recorrido, na medida em que sua Fazenda manterá a faculdade de dispor sobre o montante.

Para sanar o que entende ser enriquecimento sem causa do estado-recorrido, o recorrente pede a aplicação de juros e de correção monetária, apurados proporcionalmente de acordo com o tempo decorrido entre os cálculos e o pagamento.

Em contrarrazões, o estado-recorrido alega que falta ao acórdão o necessário prequestionamento, bem como a natureza infraconstitucional dos argumentos coligidos pela recorrente. Quanto ao cerne da discussão, diz que, como esta Suprema Corte entende ser cabível correção monetária e juros apenas se houver mora do ente público, pagamentos realizados dentro do período de normalidade, isto é, dos sessenta dias previstos na Constituição, nenhum dano haveria a reparar.

A repercussão geral da matéria foi reconhecida a partir de proposta do então Presidente da Corte, Ministro Cezar Peluso. Sua Excelência apontou que duas das questões versadas nas razões de recurso extraordinário já haviam sido objeto de exame de repercussão geral: o cabimento dos juros (RE 579.431-QO, rel. min. Ellen Gracie, DJ e de 24.10.2008) e a violação do dever de fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX da Constituição – AI 792.292-QO, rel. min. Gilmar Mendes, DJe de 13.08.2010).

Assim, segundo narrado pelo Min. Cezar Peluso, restava à Corte

ARE 638195 / RS

examinar o cabimento da correção monetária.

O Ministro Marco Aurélio concordou com a relevância do tema de fundo, embora entendesse que o processo adequado exigia prévio exame motivado do agravo, seguido pela conversão em recurso extraordinário, para viabilizar a análise de mérito.

O acórdão que reconheceu a repercussão geral da matéria foi assim ementado:

RECURSO. Extraordinário. Correção monetária. Incidência. Período entre cálculo e efetivo pagamento da requisição de pequeno valor. Relevância do tema. Repercussão geral reconhecida. Apresenta repercussão geral recurso extraordinário que verse sobre a aplicação de correção monetária no período entre a data do cálculo e o efetivo pagamento da requisição de pequeno valor - RPV.

Após o acolhimento da proposta de reconhecimento da repercussão geral, feita pelo Min. Cesar Peluso, os autos foram distribuídos à minha relatoria.

O Ministério Público Federal opina pelo conhecimento parcial do recurso extraordinário e, na parte em que conhecido, por seu desprovimento, em parecer elaborado pelo subprocurador-geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

Referido parecer recebeu a seguinte ementa:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO CONSTITUCIONAL. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. recurso que versa sobre INCIDÊNCIA DE correção monetária e JUROS DE MORA. art. 100, § 12, da cf, com a redação dada pela EC nº 62/09. Repercussão Geral reconhecida nos autos somente quanto à incidência de correção monetária. i) preliminar: ausência de prequestionamento justamente no ponto em que reconhecida a repercussão geral. súmula nº 282/stf. Ii) correção monetária devida após a expedição do requisitório até o efetivo pagamento.

ARE 638195 / RS

1. O § 12 do art. 100 da CF, com a redação conferida pela EC nº 62/09, previu expressamente a incidência de correção monetária após a expedição do requisitório, até o efetivo pagamento, “pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança”. Quanto aos juros moratórios, caso esgotado o prazo determinado pelo Presidente do respectivo Tribunal para o pagamento, incidem “juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança”.

2. Parecer pelo conhecimento parcial do presente recurso extraordinário; no ponto em que conhecido, pelo desprovimento. Quanto à questão reconhecida nos autos de repercussão geral, pelo desprovimento do recurso.

Admiti a Confederação Nacional dos Servidores Públicos e a Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário como assistentes simples.

É o relatório.

29/05/2013**PLENÁRIO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL****VOTO**

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Senhores Ministros, peço especial atenção de Vossas Excelências a uma particularidade deste recurso extraordinário, cuja elucidação é imprescindível para bem compreender a tese do Ministério Público Federal pela substituição destes autos por outro, em que não houvesse as deficiências processuais apontadas.

O Tribunal de origem reconheceu que o atraso no pagamento de requisição de pequeno valor acarreta correção monetária e juros. Neste ponto, o acórdão está em plena consonância com a orientação firmada por esta Suprema Corte.

Porém, a recorrente insistiu que outro era o objeto de seu recurso. Pretende a parte-credora a modificação do termo inicial do período de apuração da correção monetária e dos juros cabíveis. Alega-se que a data de expedição da RPV é irrelevante, pois o prejuízo começa a ocorrer logo que os cálculos são realizados. Obviamente, a realização dos cálculos, e sua posterior homologação, sempre precedem a expedição quer de RPV, quer de precatório. Levada às últimas consequências, a tese articulada implicaria o dever de aplicar correção monetária e juros a todas as RPVs e precatórios, ainda que pagos dentro do prazo, isto é, do chamado “período de normalidade”, em que descaracterizada a mora.

Pois bem, o TJ/RS entendeu que o exame desse pedido estaria precluso, porquanto não apresentado a tempo e modo próprios. Lê-se no acórdão recorrido que o Tribunal de origem entendeu que esse pedido deveria ter sido realizado antes da expedição da RPV. É, pois, o reconhecimento da preclusão que fundamenta o argumento do MPF sobre a falta de prequestionamento e a consequente aplicação da Súmula 282/STF.

ARE 638195 / RS

A meu sentir, a circunstância de o TJ/RS ter motivado a rejeição do pedido da recorrente com a preclusão não leva à falta de questionamento. Independentemente do acerto ou do erro quanto ao mérito da questão, a recorrente expressamente pediu que a correção monetária e os juros fossem apurados a partir da data do último cálculo (fls. 07). Diante da negativa, foram interpostos dois recursos de embargos de declaração.

Para a formação do quadro-fático jurídico necessário à jurisdição constitucional extraordinária, a recorrente cumpriu seu dever processual ao apresentar ostensivamente o objeto e a fundamentação de seu pedido. Não há que se falar em omissão ou extemporaneidade.

Por outro lado, se meramente ancilares e incidentais ao exame da matéria constitucional, questões ligadas ao quadro fático-jurídico devem ser dirimidas pelo Supremo Tribunal Federal.

A propósito, lembro que os precedentes do saudoso Ministro Victor Nunes Leal originadores das Súmulas 456 e 457/STF buscam preservar a efetividade da jurisdição exercida pelo Supremo Tribunal Federal. Não há dúvida ser inadmissível reabrir a instrução probatória por ocasião do julgamento do recurso extraordinário. Quer dizer, nenhuma das partes pode requerer à Corte que examine provas não realizadas no momento processual oportuno, nem que determine sua produção. Porém, reler a descrição de fatos contida nos autos equivale simplesmente a reinterpretar, a dar classificação ou qualificação jurídica adequada aos mesmos eventos observados pelos Tribunais de origem. É isso que se constata na leitura do voto proferido pelo Min. Victor Nunes no RE 46988-embargos, onde Sua Excelência diz que:

“Vencida a preliminar, o Tribunal julga a causa, apreciando os fatos, quando necessário.

O argumento do Sr. Ministro Relator foi que, tendo a Justiça local considerado a mora, no caso, inculcata, não poderíamos conhecer do recurso, que versaria sobre matéria de prova.

Data vênia, não posso acolher o argumento. A esta altura

ARE 638195 / RS

do processo, transposto o obstáculo do cabimento, não podia a decisão do Tribunal local constituir impedimento a que entendêssemos de modo diferente”.

Também me vem à mente venerável orientação que admite o exame de decisões que deferem ou indeferem a produção de certa prova à luz da Constituição. A orientação desta Corte adverte que o livre-convencimento do magistrado não é absoluto, pois ele não pode “abstrair [...] certas regras que compõem o sistema das provas” (HC 50.609, rel. min. Evandro Lins, Pleno, DJ de 03.09.1964). Conforme observou o Min. Orozimbo Nonato:

“[...] não deve ser recebido sem um grão de sal o asserto generalíssimo de que toda e qualquer questão de prova se elimina como [impertinente] do campo do recurso extraordinário.

Assim é, se se trata de examinar a repercussão da prova no ânimo do juiz.

Mas se se cuida da questão legal do ônus da prova ou da sua admissibilidade, não.” (RE 9.916, rel. min. Orozimbo Nonato, RF 553/133).

Num exemplo interessantíssimo de valorização de nossos meios de cognição, a eminente Ministra Ellen Gracie chegou a determinar que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul enviasse cópia de legislação local, cuja existência do teor era negada pelo estado-recorrente (RE 539.130, rel. min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ de 04.12.2009). A cautela da ministra-relatora impediu que a Turma ficasse “refém” da interpretação feita pelas partes e pelo próprio Tribunal de origem acerca do quadro fático-jurídico, em plena consonância com a linha de precedentes já expressa.

Eminentes pares, a meu sentir, o Supremo Tribunal Federal deve ter especial cuidado com a preservação da efetividade de sua competência jurisdicional, para não se deixar apanhar por certas palavras e expressões

ARE 638195 / RS

que, por seu valor de face, automaticamente trancariam a atuação desta Corte.

No caso em exame, sinto-me habilitado para reconhecer que não houve problema de prequestionamento, pois não caracterizada a preclusão do pedido.

Portanto, reforço a rejeição das preliminares de falta de prequestionamento e da natureza infraconstitucional da discussão.

Passo ao exame de mérito.

Neste ponto, a discussão me parece bem mais simples.

Esta Suprema Corte já firmou orientação no seguinte sentido:

a) No período de normalidade, isto é, dentro do prazo de pagamento de precatórios previsto pela Constituição, não são cabíveis juros (SV 17 e RE 591.085-QO-RG, rel. min. Ricardo Lewandowski, DJ e de 20.02.2009);

b) Se houver mora, o devedor é obrigado ao pagamento de juros, que servem de elemento de dissuasão da inadimplência (RE 533.133-AgR, rel. min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe de 06.09.2011; RE 463349 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 15/02/2011, DJe-051 DIVULG 17-03-2011 PUBLIC 18-03-2011 EMENT VOL-02484-01 PP-00150; RE 512611 ED, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 01/04/2008, DJe-074 DIVULG 24-04-2008 PUBLIC 25-04-2008 EMENT VOL-02316-08 PP-01692; AI 452966 AgR, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 18/12/2006, DJ 23-02-2007 PP-00026 EMENT VOL-02265-04 PP-00647; RE 438172 AgR, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 08/11/2005, DJ 16-12-2005 PP-00108 EMENT VOL-02218-06 PP-01180; RE 155.979/SP, Min. Marco Aurélio, "DJ" de 23.02.2001; 400.413-AgR/SP, Min. Carlos Britto, "DJ" de 08.11.2004).

ARE 638195 / RS

A diferença determinante entre precatórios e requisições de pequeno valor é a quantia a ser paga pelo ente público condenado em sentença transitada em julgado. Cada ente federado pode estabelecer o valor que entende ser de menor monta, para pagamento no prazo de sessenta dias, sem a necessidade de inclusão em listas ordinatórias de antiguidade e relevância para pagamento no exercício subsequente.

A diferença baseada no valor é irrelevante para determinação da mora, pois em ambos os casos, precatórios e RPVs, os entes públicos estão proibidos de optar pela inadimplência.

Portanto, a orientação firmada para precatórios é adequada para o tratamento da mora de RPVs.

Em relação à correção monetária, cabe o mesmo tratamento dispensado aos juros.

Ao passo em que os juros moratórios servem de elemento de dissuasão do atraso no cumprimento da obrigação de pagar os valores das condenações judiciais transitadas em julgado, a correção monetária recupera a perda do poder aquisitivo da moeda.

Há inúmeras causas que podem implicar a desvalorização de uma moeda. Creio que, neste momento, basta reconhecer que a desvalorização é um evento possível de ocorrer, a despeito das melhores intenções e de eventuais tentativas de ocultá-lo. A propósito, todos nós tivemos a oportunidade de viver em épocas marcadas por hiperinflação descontrolada e bem sabemos de seu efeito deletério.

Portanto, caracterizada a mora e a inflação, é cabível a correção monetária do crédito de RPV pago a destempo.

Resta o último ponto, que é saber se são cabíveis juros e correção monetária entre a data do último cálculo e o pagamento dos valores devidos.

Para resolver essa questão, aplicarei o mesmo modelo decisório utilizado para atacar a inadimplência.

Conforme esta Suprema Corte decidiu mais de uma vez, a Constituição oferece aos entes federados um prazo de tolerância, análogo aos prazos de “respiro” do Direito Privado, em que a Fazenda devedora

ARE 638195 / RS

fica imune à aplicação de juros e de correção monetária.

Dessa forma, como regra geral, a data de elaboração dos cálculos não é levada em consideração para se determinar a incidência de juros e de correção monetária.

Há duas exceções.

Se o prazo decorrido entre o cálculo e a expedição da RPV for desproporcional, marcado pelo acúmulo relevante do índice inflacionário, ocorrerá um dano específico, que não se confunde com eventual mora apurada entre a data de expedição da RPV e o respectivo pagamento.

A segunda exceção, com cujo tratamento constitucional ainda não me comprometo, ficará caracterizada se houver uma mudança radical na situação econômica, de modo a trazer novamente índices hiperinflacionários capazes de anular o valor real da moeda em prazo igual ou inferior a sessenta dias. Porém, como não há evidência de que essa seja a situação do crédito da recorrente, deixo como observação lateral a possibilidade de exame mais aprofundado desse tipo de quadro, se eventualmente houver provocação.

No caso em exame, o primeiro cálculo foi realizado em 30.09.2005 (Fls. 34). Por estarem errados os cálculos, uma segunda conta foi feita em 28.03.2007 (Fls. 51-52). Assinada 07.05.2007 (Fls. 53), a ordem de requisição somente foi expedida em 11.07.2007 (fls. 54).

Constato o transcurso de um ano, nove meses e onze dias entre a data em que realizado o primeiro cálculo e a expedição da RPV. Busquei três índices para apurar a gravidade inflacionária nesse período, e obtive os seguintes resultados acumulados: INPC: 6,95%; IGP-M: 5,98% e Selic mensal: 26,75%.

Desprezada a Selic, por se tratar de índice de remuneração de capital oferecido em mútuo à União, os outros dois índices se aproximam bastante do rendimento da caderneta de poupança, apurada em um ano segundo a antiga metodologia (0,5% a.m. + TR).

A perda de valor equivalente a um ano do rendimento de caderneta de poupança parece-me por demais relevante para ser ignorada.

Contudo, como não foi comprovada a prática de ato culposos

ARE 638195 / RS

imputável ao estado-recorrido, não se pode imputar-lhe responsabilidade pela mora. Portanto, são incabíveis juros moratórios.

Ante o exposto, conheço do recurso extraordinário e lhe dou provimento, para reconhecer o direito à aplicação de correção monetária, calculado no período entre a elaboração da conta e a expedição da RPV. Fica cassado o acórdão-recorrido, para que o TJ/RS complete o exame do pedido formulado pela recorrente, quanto à definição do índice de correção monetária no âmbito estadual.

É como voto.

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhor Presidente, aqui, a questão dos juros não está sendo colocada, mas apenas a questão específica da correção monetária. É isso?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Correção.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Eu vou acompanhar Vossa Excelência, mas...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – A parte está pleiteando juros da mora e correção monetária, tanto que o relator provê apenas parcialmente o recurso. Não reconhece o direito à incidência dos juros da mora.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Mas, pelo que eu ouvi da tribuna, o que ficou pendente de decisão, nesse recurso extraordinário, é apenas a questão da incidência de correção monetária entre a data da conta e a data da expedição do precatório.

Eu acho importante esse esclarecimento. A impressão que eu tenho da conclusão do voto de Vossa Excelência é que só trata de correção monetária.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ele tratou, mas não reconheceu o direito aos juros da mora por não ver culpa do Estado. Tardia a satisfação.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E

ARE 638195 / RS

RELATOR) - Não vejo a demonstração dessa culpa. Não sei se ela está provada.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Porque nós temos entendido, salvo melhor juízo, que o juro da mora é devido se houver, efetivamente, uma mora. Se o Estado não pagar no prazo devido, seja no parcelamento ou seja naqueles débitos que devem ser pagos à vista.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - A minha dúvida não é propriamente sobre o mérito. É de saber se a questão dos juros de mora constitui objeto da controvérsia nesse recurso ou se é só a correção monetária.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - O que ocorreu foi o seguinte: o Ministro Peluso foi quem conduziu, como Presidente, a questão da repercussão geral, e ele fez essa cisão. Não há reconhecimento de repercussão geral sobre os juros, mas eles constam, sim, do pedido.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Então, eu me limitaria a ficar nessa tese, que é a tese que está também sumariada: saber se é possível a aplicação de correção monetária entre a data do último cálculo e a data do efetivo pagamento da RPV. Essa é a questão.

Acompanho Vossa Excelência, na conclusão, embora os fundamentos que adoto permitem concluir que essa correção monetária é devida independentemente do prazo que mediar entre a elaboração do cálculo e a expedição de precatório ou requisição. Se é certo que esse prazo nem sempre é muito longo - imagino que o legislador, ao tratar da matéria, suponha que esse prazo seja curto -, a verdade é que, o caso dos autos é exemplo típico, esse prazo pode ser na prática muito longo. No caso aqui em exame, Vossa Excelência referiu que foi um ano e meio, no mínimo. A questão é saber se, nesse período, longo ou menos longo, é

ARE 638195 / RS

devida a correção monetária. Sabemos - e isso é uma verdade espelhada em uma antiga jurisprudência, e é da realidade econômica - que a correção monetária não acrescenta nada; a correção monetária mantém o valor real da moeda. A não correção é que pode importar uma modificação no valor da obrigação, reduzindo-a.

A Constituição Federal, claramente, teve o desiderato de impor correção monetária nas obrigações pecuniárias do Estado. A redação que decorria do § 1º do art. 100 da Constituição, antes da Emenda 62, dizia o seguinte:

"Art. 100

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão os seus valores atualizados monetariamente .(...)".

Nessa redação, não havia dúvida, no meu entender, sobre o termo **a quo** da correção monetária. A dúvida sobre o termo **a quo**, essa de saber se é a data da expedição do precatório ou da requisição, ou a data da conta, surgiu, no meu entender, com a redação dada ao § 12 do art. 100 da Constituição, com a redação da Emenda 62, que assim dispõe:

"Art. 100

(...)

§ 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios".

Fica a impressão, aqui, que se estabeleceu um termo **a quo** diferente

ARE 638195 / RS

da data da conta original. No meu entender, esse § 12 não pode ter uma interpretação literal, mas sim uma interpretação teleológica. Se é verdade que a Constituição não teve dúvidas em estabelecer correção monetária das obrigações pecuniárias do Estado, obviamente não se pode imaginar que contemplou um período vago, sem correção. Portanto, no meu entender, independentemente do prazo que mediar entre a data do cálculo da elaboração da conta e a expedição do precatório, o termo **a quo**, para cálculo da correção monetária, deverá sempre ser o da elaboração da conta.

Essa interpretação decorre da interpretação sistemática da Constituição e evitará um problema de ordem prática, importante: uma interpretação literal irá fazer com que surjam incidentes de atualização absolutamente desnecessários. No momento de atualizar a conta, deverá-se tomar como termo **a quo**, não a data da expedição do precatório, mas a data do último cálculo.

Assim, voto acompanhando Vossa Excelência, mas, em qualquer caso dessa natureza, entendo que se deve observar esse termo **a quo**: a data de elaboração da conta, e não a data da expedição do precatório.

Com essas observações, acompanho Vossa Excelência.

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO
SUL

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO

638.195

VOTO

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Senhor
Presidente, também parto de uma interpretação teleológica do texto
constitucional. Adoto como premissa que a atualização monetária não é
um *plus*, não é um acessório, ela nada mais é do que um
redimensionamento do valor nominal da moeda em função do desgaste
inflacionário, ou seja, visando à recuperação do poder aquisitivo. E, nessa
medida, entendo que ela há de se fazer desde a última conta até o
momento do efetivo pagamento.

Acompanho Vossa Excelência nessa linha.

###

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, também acompanho Vossa Excelência com os argumentos que aqui já foram expostos, os quais corroboro.

Gostaria só de acrescentar, porque, neste recurso, foi suscitada uma questão sobre a falta de pleito acerca da correção monetária. E é cediço, na doutrina em geral, que juros de mora, correção monetária e honorários advocatícios são pedidos considerados implícitos; são naturais, podem ser, inclusive, liquidados, executados, independentemente desse **an debeat** não ficar fixado na fase de cognição.

Eu trago, aqui, o Recurso Extraordinário nº 96.039, da relatoria do Ministro Rafael Maia, de sorte que é antiquíssima a jurisprudência da Casa no sentido de que a correção monetária, embora não objeto do pedido, considera-se implícita neste. E, também, foi assim esse recurso especial repetitivo, que o Superior Tribunal de Justiça, sob o ângulo infraconstitucional, assentou também que não ocorre julgamento **extra petita**, nem **ultra petita**, se esses pedidos são deferidos.

Por outro lado, Senhor Presidente, apenas uma informação interdisciplinar: há determinados tribunais em que já há um sistema eletrônico em que, emitida a RPV, automaticamente esse depósito eletrônico já vai sendo corrigido até o seu efetivo pagamento. De sorte que o problema não se põe em caráter nacional.

Com esses fundamentos, acompanho Vossa Excelência.

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Senhor Presidente, infelizmente, a correção monetária é um mal necessário. O ideal seria que a moeda mantivesse o seu padrão de troca, mas o país viveu momentos de hiperinflação, e de inflação muito alta, o que levou a legislação, até para proteger o hipossuficiente, a criar esse mecanismo da indexação por correção monetária.

É curioso que, na Constituição de 1988, se usa a expressão “correção monetária” apenas cinco vezes, e as cinco no ADCT - certamente, já tendo em perspectiva a não constitucionalização desse instrumento, embora, haja hoje, no corpo da Constituição, no parágrafo 5º do art. 100, não a expressão “correção monetária”, mas, sim, “atualização monetária”, ou, ainda, “atualização”, de maneira genérica.

A correção monetária não foi abolida da legislação brasileira, o que ocorreu, com o Plano Real, foi a sua anualização. Para os contratos, Senhor Presidente, o art. 28, § 1º, da Lei nº 9.069/95, conhecida como Lei do Plano Real, diz o seguinte:

"§ 1º É nula de pleno direito e não surtirá nenhum efeito cláusula de correção monetária cuja periodicidade seja inferior a um ano."

O que fez o programa, o projeto, o Plano Real, que começou com a URV? Tornou a indexação anual, a fim de que ela não fosse feita dia a dia, mês a mês, quinzenalmente etc., exatamente para que essa expectativa de haver a indexação não gerasse mais inflação: a inflação gerando mais inflação, a correção monetária, idem, causando a desvalorização da moeda no tempo.

Em qualquer contrato público - quando se faz uma concessão,

ARE 638195 / RS

quando se faz uma obra -, já se prevê a indexação desses contratos anualmente. Então, para os contratos privados, o § 1º do art. 28 da citada lei estabelece a nulidade de pleno direito da correção monetária que tome por base prazo inferior a um ano; para os contratos públicos, de modo geral, o mesmo se aplicaria, inclusive em relação a tarifas, a taxas. Quando se trata, por exemplo, de concessão de rodovia, há previsão contratual de que haja uma readequação dos preços, via correção monetária, a qual se referirá sempre, no mínimo, ao período de um ano.

Por isso, Senhor Presidente, eu acompanho Vossa Excelência. Apenas gostaria de demarcar, no meu voto, a questão da razoabilidade e da proporcionalidade. Eu admito a correção monetária desde que o período entre a data do cálculo e a do efetivo pagamento supere um ano. Hoje, a situação econômica relativa à capacidade de compra da moeda está assim definida na nossa legislação infraconstitucional. Ou seja, sempre que se supera um ano, é possível se aplicar índices de correção monetária.

Então, eu só admito a correção monetária quando ela se refere, no mínimo, ao período de um ano. Como, no caso específico, pelos dados trazidos por Vossa Excelência, se ultrapassou o período de doze meses, acompanho Vossa Excelência, registrando essa peculiaridade do meu voto.

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL**VOTO**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente, eu acompanho o voto de Vossa Excelência e também o voto dos eminentes Ministros que me antecederam, porque entendo também que a correção monetária não significa um *plus*, mas, sim, a falta de correção monetária seria um *minus* com relação ao valor efetivamente apurado em juízo e correspondente à indenização.

Eu vou pedir vênica ao Ministro Dias Toffoli no que tange ao pagamento da correção monetária apenas após um ano. Eu entendo que ela deve ser paga *pro rata tempore*, porque se trata da recomposição do efetivo valor apurado, como eu disse, no momento da decisão judicial.

Agora, Senhor Presidente, uma dúvida que me remanesce e que eu gostaria de trazer para o colendo Plenário é que, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.357 e na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.425, em que tratamos dos precatórios, e que a solução foi no sentido da inconstitucionalidade do sistema vigente, eu me lembro, e, sobretudo, a partir de uma intervenção do eminente Ministro Marco Aurélio, que nós repudiamos o índice de correção monetária baseado na caderneta de poupança, porque nós entendemos que este é um valor inapropriado, e, hoje, é público e notório que o valor da correção da caderneta de poupança é inferior ao valor da inflação. Talvez valesse a pena nós acrescentarmos, a essa nossa decisão, que deve ser a correção monetária oficial adotada.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Eu fiz alusão ao índice da correção apenas como elemento de argumentação, eu não utilizei como parâmetro. O meu voto apenas faz essa alusão.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

ARE 638195 / RS

Vossa Excelência remete ao Tribunal de origem para a análise do índice.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Então, assim como fez o eminente Ministro Toffoli, eu gostaria de acrescentar que a correção monetária se fará pelos índices oficiais.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Eu fiz alusão, também, ao INPC e ao IGPM para demonstrar que não se trata de percentual irrelevante. Só isso.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Está certo.

29/05/2013**PLENÁRIO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL****VOTO**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhor Presidente, todos nós sabemos e temos uma memória, inclusive com afetação à própria interpretação, sobre a inflação, e, por isso, também, há repetição, no texto constitucional, não só da referência à correção monetária, mas também o direito à revisão de remuneração, de salários e tudo o mais. Mas não devemos nos esquecer - e acho que há um certo consenso básico entre os *experts* - que a correção monetária é um elemento de retroalimentação da própria inflação, e, nesse sentido, parece-me justa e razoável a preocupação aqui manifestada pelo Ministro Toffoli quanto à necessidade de uma delimitação, a fim de que não haja essa alimentação contínua desse processo. Então, a fixação de um prazo, o que parece razoável especialmente diante de uma inflação que não é exasperada, felizmente, parece-me um critério adequado. Do contrário, nós, na verdade, faríamos quase que uma atualização cotidiana, sobretudo tendo em vista os índices que também são variados. De modo que eu faria esse apelo. Acho que é extremamente avisada a proposta do Ministro Dias Toffoli.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Hoje é o tratamento da lei. Não existe correção monetária referente a período inferior a um ano.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sim, até porque, a partir daí, se afere...

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Ministro Gilmar, **data venia**, não é o caso dos precatórios. Quando a própria Constituição

ARE 638195 / RS

estabeleceu que devem ser atualizados segundo os índices da caderneta de poupança, ela não fixou esse período anual. A Constituição estabeleceu o período de caderneta de poupança, que é mensal. Nós podemos até discutir qual é o índice adequado. Todavia não podemos retirar da Constituição a determinação de atualizar.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - É exatamente ..., porque o que Presidente acaba de dizer, se foi declarado inconstitucional o índice...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Foi declarado inconstitucional. Eu até votei pela constitucionalidade.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI – Se assim ocorrer, mais uma vez, a interpretação que o Supremo dará será prejudicial aos credores.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Eu até votei, Ministro **Teori**, como Vossa Excelência e o Ministro **Gilmar**, pela constitucionalidade integral da EC nº 62.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Se chegarmos à conclusão de que há um ano de vacância na correção monetária, a pretexto de ter sido julgada inconstitucional a correção da EC nº 62, pela caderneta de poupança, mais uma vez, no meu entender, a interpretação será prejudicial a situação dos credores.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Isso foi alertado lá no julgamento. Parte dos votos vencidos.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Mas o julgamento da inconstitucionalidade da correção monetária não foi pela correção monetária em si, foi pela dualidade de sistemas de correção monetária:

ARE 638195 / RS

um sistema favorável ao Poder Público e desfavorável para o particular. Aí atentava contra a igualdade e a isonomia.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Mas retirou-se o índice de...

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Agora, não admitir a correção monetária é violar direito de propriedade, coisa julgada e esse dispositivo constitucional que o Ministro Teori acabou de ler.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Mas Vossa Excelência mesmo, Ministro Teori, está propondo que se adote já a partir do cálculo e não da expedição.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Isso é inequívoco na Constituição, que estabelece a atualização até o pagamento. A Constituição não prevê períodos vagos de um ano nem período vago algum.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - O normal, dentro da aplicação que se deve fazer, é só se fazer essa atualização se houver realmente um retardo não razoável. Do contrário, entre o cálculo e a expedição, não deveria haver um espaço temporal.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Não existe prazo algum previsto na lei ou na Constituição.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Agora, a proposta levada a cabo, no seu extremo, leva quase que a uma atualização, o que é um regresso que não tivemos, a não ser no momento da URV, nem no quadro do Plano Collor tivemos essa atualização diária.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

ARE 638195 / RS

Ou do Plano Verão, para falar de uma época com inflação das mais altas.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Ministro Gilmar, na verdade, essa é a vontade da Constituição. Quem determina que a correção monetária seja feita até o pagamento é a Constituição, queiramos ou não.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - A minha proposta é de mandar isso para a instância de origem.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - De qualquer maneira, Vossa Excelência está admitindo a correção até o efetivo pagamento.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Claro, admito, mas eu não desci a detalhes quanto à proporcionalidade.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Isso não se nega. A questão é saber como ela vai se dar.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Vossa Excelência utilizou-se de proporcionalidade ou razoabilidade.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Mas a proposta do Ministro Dias Toffoli seria: se o efetivo pagamento se der dentro de um ano, não tem correção monetária.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Não tem correção.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não foi isso que Vossa

ARE 638195 / RS

Excelência votou.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Não, não. Não foi isso.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Por isso que eu demarquei, estou aqui estabelecendo um parâmetro.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sessenta dias?

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - É. A RPV tem que ser paga em sessenta dias.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Há um detalhe interessante, porque a regra, se não me falha a memória, exigindo período de um ano para ter-se a incidência da correção monetária, diz respeito a contratos.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Sim, eu fiz referência a isso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não vamos transportá-la para débito da Fazenda frente ao cidadão.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - E nem a todos os contratos. A caderneta de poupança também é um contrato.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Mesmo porque a Fazenda, quando cobra tributos, corrige mês a mês. Agora mesmo liquidei diferença no encontro de contas alusivo ao Imposto de Renda, pagando a totalidade, por quê? Porque, se houvesse parcelamento, teria acréscimos mês a mês.

ARE 638195 / RS

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Eu indago se não seria seria melhor, para efeito de repercussão geral, nós reconhecemos, sim, a incidência da correção e mandarmos para o Juiz de origem para, no caso concreto, escolher o índice, porque nós não temos o índice.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - O índice não é o problema. Aqui o problema é o período que se vai considerar, o período base da correção. Vossa Excelência, salvo melhor juízo, fixou uma proposta de que não se corrigiria se houvesse um tempo razoável, acho que foi essa a expressão, entre o cálculo e a expedição da requisição.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Tempo razoável, mas eu não arriscaria.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Seria importante explicitar isso, no meu entender, até para evitar incidentes processuais que certamente vão ocorrer.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, Vossa Excelência, se não me falha a memória, aludiu a esse prazo razoável apenas em caráter de **obiter dictum**, no sentido de erigir duas hipóteses excepcionais: demorar muito a expedição do precatório ou se houver uma superinflação; mas, em condições naturais, a Constituição é clara:

"§ 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento..."

Esse é o critério constitucional.

O Ministro Teori Zavascki deu uma boa interpretação teleológica, o Ministro Dias Toffoli propôs outra. Mas, numa interpretação **stricto sensu** da Constituição Federal, a correção monetária teria, como termo **a quo**, a expedição da requisição - em alguns Estados isso já entra direto no

ARE 638195 / RS

sistema eletrônico, no momento que vai pagar, já está atualizado - até o efetivo pagamento.

Quer dizer, nesse particular, eu acho que a Constituição não dá margem de conformação de nenhuma interpretação de criar aqui um lapso temporal. A Constituição é clara: "*após sua expedição, até o efetivo pagamento*".

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - O problema está em saber se corrige antes, entre a conta e a expedição da requisição.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Pode haver um lapso entre o cálculo e a expedição.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Sim, mas a Constituição Federal levou isso em consideração também.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - A Ministra Rosa Weber estava lembrando que, na esfera dos Juizados Especiais, o pagamento há de se fazer em sessenta dias. E, normalmente, ocorre, pelo menos, no plano federal, não tem...

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Mas, no plano federal, esse pagamento de sessenta dias é a contar da expedição da RPV. O problema aqui é outro. Aqui a questão refere-se à correção entre a data da conta e a data dessa expedição. Sabemos que isso é demorado, em geral, há recursos, embargos à execução, etc.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - É interessantíssimo porque o Ministro Luiz Fux lembrou - e eu estava aqui a recordar o meu tribunal de origem, da 4ª Região - que, quando há toda aquela discussão sobre os cálculos e vem a sentença de liquidação, muitas vezes, decorre um tempo razoável, e, quando expedido, no caso, o precatório, já se faz a atualização automática, como lembrou o Ministro Luiz Fux. É automático,

ARE 638195 / RS

é fácil, é simples.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - A hora que expede, expede autorizado. O que demora é para pagar.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Mas parece que, em muitos casos, isso não ocorre, e fica uma defasagem enorme.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Para que não funcionemos como um dos motores da inflação, eu acredito que o melhor seria mesmo não sermos muito rígidos e fixarmos esse prazo, mesmo porque não temos necessidade disso para resolver a questão.

Porque o que dissermos, aqui, terá incidência, sim, sobretudo no plano federal, imediatamente.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Embora, no caso concreto, Senhor Presidente, pelo menos pelo que eu entendi do voto de Vossa Excelência, o tribunal de origem tenha afirmado cabível a atualização. O óbice que ele opôs teria sido a ocorrência de preclusão, porque a parte não requerera, no momento oportuno, a atualização. Foi também que eu vi...

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Há essa preclusão, quer dizer, porque a correção monetária é implícita. Tem que pagar de qualquer maneira.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Isso.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - A minha sugestão é devolver para o tribunal para que ele escolha o índice.

ARE 638195 / RS

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Para calcular a correção.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Nós nos limitaríamos a fixar que é devida a correção, mesmo porque a execução se dá lá embaixo.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Ele já afirmou que é devida.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Ministro Gilmar Mendes.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Eu faço essa ressalva, Presidente. Acompanho Vossa Excelência, mas, faço essa ressalva já trazida pelo Ministro Toffoli.

29/05/2013**PLENÁRIO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, não me impressiona a nomenclatura desse processo, em termos de autuação, recurso extraordinário com agravo, porque a fase alusiva ao agravo já foi suplantada pelo próprio relator, como cabia fazer. Sua Excelência proveu o agravo e determinou a reautuação do recurso extraordinário.

Nesse ato de vontade, que é o de interpretar, não devemos estimular aqueles que apostam na morosidade da Justiça, principalmente quando se trata de ente público que deve dar o exemplo – o Estado. O que houve na espécie – e a repercussão geral foi admitida de forma ampla e vou versar o porquê? O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul reconheceu o direito à incidência dos juros da mora e à da correção monetária, mas estabeleceu termo inicial todo próprio – a data da RPV. Não sou muito afeito a essas siglas e busquei descobrir o significado: Requisição de Pequeno Valor. Então, não há controvérsia quanto a índice a ser observado, porque será o índice que foi tido como cabível no reconhecimento parcial do direito na origem. E não pode, no tocante ao mesmo débito, haver tratamento diferenciado sob o ângulo do índice.

Por que digo que se admitiu a repercussão de forma geral? Desprezo o meu pronunciamento, explícito, quanto a isso, porque o relator, ministro Cezar Peluso, explicitou o pedido formalizado no recurso:

Seja conhecido e provido o recurso extraordinário para que o crédito da autora seja atualizado no período entre a data base do cálculo e a do seu efetivo pagamento, aplicando a correção monetária e os juros de mora.

Diria "da mora", que passou a estar configurada a partir do momento em que houve, na ação, a citação do Estado.

Posteriormente, Sua Excelência remeteu ao reconhecimento da repercussão geral na Questão de Ordem nº 579.431, também do Rio

ARE 638195 / RS

Grande do Sul, que esteve sob a relatoria proficiente da ministra Ellen Gracie, e disse que, muito embora no caso anterior referido, apenas se tratasse de juros da mora, o mesmo entendimento deveria prevalecer quanto à correção monetária. Então, devemos julgar ambas as matérias, mesmo porque teria enorme dificuldade em preservar o sistema, caso admitisse a incidência dos juros da mora, como já admitiu o Tribunal de Justiça, a partir da requisição, e não o fizesse como se o Estado tivesse deixado de estar em mora, presente período de três anos – fato admitido no acórdão do Tribunal de Justiça – entre o último cálculo e essa requisição. O sistema ficaria capenga.

Presidente, reafirmo que a mora se mostrou configurada a partir da citação do Estado e que não cabe expungir o citado período, como se houvesse uma moratória. Inclusive, peço vênias para reiterar entendimento quanto aos dezoito meses para liquidação do precatório que resultam, se afastados os juros à razão de meio por cento ao mês, em prejuízo de nove por cento. Em síntese, não se pode dizer que, na tramitação da ação da execução já ocorrida de forma toda singular, não se tenha a mora por parte do Estado.

A Carta de 1988, com redação decorrente de emenda, acabou com a óptica segundo a qual o precatório – e aqui não se trata de precatório, mas de requisição para o pagamento na boca do caixa – expedido era satisfeito pelo valor nominal, sem a atualização do valor, óptica que acabou por criar verdadeira bola de neve em termos de dívida dos Estados. O que impõe a Carta? Que haja a atualização, porque, do contrário, surgirá privilégio odioso, no que a Fazenda viria a satisfazer o débito não de forma cabal, na totalidade, mas de parte do que devido.

Peço vênias a Vossa Excelência para prover o recurso na totalidade, reconhecendo, como fez – repito – o Tribunal de Justiça, quanto ao período posterior à requisição, os juros da mora e a correção monetária. A única matéria que se coloca é esta: saber se há a incidência desses dois institutos, juros da mora e correção monetária, no período entre a conta e a requisição verificada, que foi substancial – de três anos. Concluo que há a incidência, e, por isso, provejo o recurso interposto em maior extensão.

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Eu as incorporarei, sim.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - O termo **a quo**, não é? Se da conta ou da expedição.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro Celso de Mello, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não para insistir na ideia, mas apenas para revelar verdadeiro paradoxo, no que, na espécie, não se está adentrando a problemática – não é o meu caso – dos juros da mora.

Veja o paradoxo que surge. Há um processo, que estava sob a relatoria da ministra Ellen Gracie e, agora, penso que está sob a relatoria da ministra Rosa Weber, em que se admitiu quanto aos juros da mora a repercussão geral, e foi citado pelo ministro Cezar Peluso. Vamos dizer neste caso que a questão relativa aos juros da mora não tem repercussão geral?

ARE 638195 / RS

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Estamos cansados de tomar de empréstimo pronunciamento de outro processo, quando fica prejudicado, por exemplo, o recurso, para transportá-lo para o que deva ser apreciado.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ou seja, o Tribunal assenta que, naquele outro caso, juros da mora têm repercussão geral, mas, neste caso concreto, não têm!

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Mas, neste caso, não. Neste caso, a maioria proclama que não há repercussão geral.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Então, estaremos julgando segundo a capa do processo!

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - E talvez já tivesse havido o reconhecimento.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - E vai surgir uma peculiaridade, porque a lei que regula a RPV, ela dá um prazo para pagar - sessenta dias. Se a própria lei estabelecesse prazo, não se há falar em mora nesse prazo.

ARE 638195 / RS

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) – Sim.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - A correção monetária não é isso. É o restabelecimento do valor da moeda, que é completamente diferente. Aí é bem possível que se adote um termo "**a quo**".

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não cumprida a requisição nesse prazo, voltam a incidir no período os juros da mora. Foi a conclusão daqueles que admitiram não haver mora nos dezoito meses.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - A lei não diz que volta a incidir. A lei diz que tem um período que não pode.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Apenas quero saber qual é a conclusão do Colegiado. O Colegiado, no caso do precatório, apontou: durante os dezoito meses, não há a incidência dos juros da mora, subtraindo-se, a meu ver, nove por cento do valor devido ao credor.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não corre. Exatamente. Sim, mas decidi isso o Plenário.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Proclamou: não liquidado o débito, nos dezoito meses, os juros da mora voltam a incidir de forma retroativa.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não, não. O Plenário decidiu que a partir daquele momento.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Vossa Excelência me permite? Penso que essa questão da correção monetária, depois da expedição, tanto do precatório quanto da requisição, está superada com a

ARE 638195 / RS

nova redação da Constituição, que diz que ela incide nesse período. A questão que está aqui em debate é o período anterior.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - E, pelo que estou entendendo, existem três posições: uma do Ministro-Presidente, que afirma que incide desde a data da conta, mas apenas nos casos em que - entre a data da conta e a data da expedição - transcorrer um prazo muito grande, não razoável.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) – Sim.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - A posição do Ministro Toffoli e do Ministro Gilmar, de que incide apenas depois do prazo de um ano da conta.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) – Sim.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - E a posição que defendi, de que incide, em qualquer caso, a partir da data da conta.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Neste caso específico, **data maxima venia**, poderíamos encontrar virtude mediana na própria Constituição Federal. A Constituição Federal, no § 12, dispõe que "(...) *haverá atualização dos valores do requisitório, após a sua expedição, até o efetivo pagamento (...)*".

A letra da Constituição.

ARE 638195 / RS

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Não, nesse período, está resolvido. Nesse período, não há dúvida. Discute-se o período anterior.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Pois é. Mas aí estamos fazendo uma interpretação.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - (inaudível)... um pequeno reajuste. Realmente, antes da expedição, não há por que falar. É um prazo de dezoito meses.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL

CONFIRMAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Eu, também, Senhor Presidente, estou acompanhando os fundamentos do eminente Ministro Teori Zavascki, entendendo que o juro, a correção monetária, incide a partir da elaboração da conta até o efetivo pagamento.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - É, porque, quando se expede o requisitório, já se expede atualizado. Na prática, é isso.

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL

D E B A T E

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Quem mais?

Bom, Ministro Lewandowski, essa foi a minha posição.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Essa foi a posição?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - A partir da elaboração da conta.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Bem, então, nós acompanhamos Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Então, acho que sim. Acho que a posição do Ministro Marco Aurélio é essa também.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - O Ministro Teori é quem diverge um pouco disso, não é?

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não, não. É porque Vossa Excelência deixou uma prazo vago.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Se da elaboração da conta não for razoável o prazo...

ARE 638195 / RS

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - É, nós temos que ter um critério objetivo.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - A conclusão do meu voto é a seguinte: Dou provimento para reconhecer o direito à aplicação de correção monetária calculada no período entre a elaboração da conta e a expedição da RPV.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Vossa Excelência está dando provimento.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - E a correção monetária entre a expedição e o efetivo pagamento?

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Isso não está em questão, aqui, porque isso foi corrigido.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Isso não está em questão aqui.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX – É

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - A demora, né?

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Anterior.

ARE 638195 / RS

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Efetivo pagamento, é.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - É porque pode levar a equívocos.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - O que não está coberto pela decisão é o período entre a data do cálculo e a data da expedição. Para adiante, há a regra Constitucional.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Apenas uma observação, Senhor Presidente, nós poderíamos estabelecer a tese de que é devida a correção monetária desde a data da elaboração do cálculo, como está no voto de Vossa Excelência, até o efetivo pagamento.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Pois é.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Isso seria a tese da repercussão geral.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Não, mas aí é que vem o problema. Essa é a questão que eu estou... A rigor, isso pode ser disciplinado em lei, mas veja: se, a partir da expedição da requisição, nós temos o prazo de 60 dias para pagar, no caso, por exemplo, da legislação federal - e, certamente, pode haver na legislação estadual -, é obvio que, nesse período, não pode haver cogitação de correção monetária.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Não pode haver cogitação de juros, *data venia*. Mas de correção, sim, porque a correção, simplesmente, ela só repõe o valor ao status *quo ante*.

ARE 638195 / RS

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - De qualquer modo, esse período não está em discussão.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Teria que ser a partir da expedição até o efetivo pagamento.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - É porque, entre a expedição e o efetivo pagamento, dentro dos 60 dias, a Fazenda não está em mora. Então, os juros de mora não podem ser cobrados da Fazenda. Agora, a correção monetária, não.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Essa matéria, no caso concreto, não se coloca, porque o Tribunal de origem reconheceu o direito. Apenas não assentou que os cálculos se dariam a partir dos anteriores.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Eu, também, até reconheço que ela não se coloca nesse caso. Mas é que nós queremos saber, agora, temos que definir, quando se inicia o cálculo da correção monetária e quando ela, efetivamente, se interrompe.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Mas aqui é importante, realmente, como se tem destacado.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não me consta que haja recurso, na bancada, do Estado.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX – É

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Isso para que se tenha esse período de 60 dias não considerado.

ARE 638195 / RS

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - É, mas, aqui, o tema destacado para a repercussão geral diz o seguinte: trata-se de recurso extraordinário, com agravo interposto do acórdão prolatado pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, embora tenha assentado a possibilidade da atualização do valor da RPV com incidência de correção monetária e dos juros de mora, desde a expedição até o efetivo pagamento - ou seja, isso já está na Constituição -, afirmou preclusa - que é o que não concordamos - a pretensão de atualização do valor desde o último cálculo realizado, visto que deveria ter a recorrente diligenciado antes da expedição da RPV. Então essa é a questão. A questão é só essa.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - O período entre a expedição e o pagamento não está em jogo aqui.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não está em jogo.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Não está em jogo.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Isso foi consagrado. Então, realmente, a questão remanescente é cálculo e expedição.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Cálculo e expedição.

Bom, mas o fato de nós definirmos isso não significa que estamos excluindo a correção monetária desde a expedição até o efetivo pagamento. Nós não nos pronunciamos sobre isso ainda.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Por isso que eu sugeri, como tese geral, que a correção monetária incida desde o cálculo até o efetivo pagamento, porque, aí, pega esses dois termos.

ARE 638195 / RS

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Pois é, estou plenamente de acordo com isso.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Que já está na Constituição.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - O acórdão recorrido rejeitou a correção entre a conta e a expedição. É só isso.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - É, com o argumento da preclusão.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - É. O restante não está em jogo.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Como diz o Ministro Lewandowski, para não haver dúvida...

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - E é só isso que o meu voto reconhece.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - É, porque o texto da Constituição é expresso que é até o efetivo pagamento, então parece que o termo **a quo** é que é a discussão.

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL

RETIFICAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhor Presidente, diante da dispersão de votos e de fundamentos, eu acho que eu vou reajustar o meu voto para, no caso, negar provimento ao recurso.

29/05/2013

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195 RIO GRANDE DO SUL

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, só para Vossa Excelência fazer a última rodada de votação, porque foram várias opiniões expostas até então.

Vossa Excelência está propondo que haja correção monetária entre o cálculo e a expedição.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Eu estou me limitando ao que consta: entre a elaboração do cálculo da conta e a expedição. Porque foi isso que o acórdão recusou à parte.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Então, acompanho Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Todos acompanham: entre a elaboração e a expedição?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Está bem, concordo. Eu concordo para efeito desse processo.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Proclamo o resultado: Dado provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, decisão majoritária; vencido o Ministro Gilmar Mendes, que negava provimento ao recurso. E vencido, parcialmente, o Ministro Marco Aurélio, que dava-lhe provimento em maior extensão.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

E vencido, em parte, também, na medida em que eu...

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Vossa Excelência muda apenas o fundamento.

ARE 638195 / RS

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

No caso concreto, o período dá mais de um ano.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Ele fixa um critério: se houver demora de mais de um ano...

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - Eu estou reconhecendo no meu voto, é um ano e oito meses.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Ele só admite, o Ministro Toffoli, se, entre a elaboração da conta e a expedição do requisitório, transcorreu mais de um ano.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

E aqui foi mais de um ano. Então, nesse caso... Mas, como é algo para efeitos de repercussão geral, meu voto fica assentado com esse fundamento.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE E RELATOR) - De qualquer forma, Ministro, nós já temos o resultado.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Sim, já temos.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638.195

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

RECTE.(S) : FÁTIMA ROSSÍ CAMARGO BEDINI

ADV.(A/S) : MARÍLIA PINHEIRO MACHADO BUCHABQUI E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ASSIST.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - CNSP
E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : JULIO BONAFONTE

ASSIST.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM

ADV.(A/S) : PAULO ANTÔNIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA E

OUTRO(A/S)

ASSIST.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-
CFOAB

ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), conheceu e deu provimento ao recurso extraordinário, vencidos o Ministro Gilmar Mendes, que lhe negava provimento, e o Ministro Marco Aurélio, que lhe dava provimento em maior extensão. Falaram, pelo recorrido, a Dra. Ivete Maria Razzera, Procuradora do Estado do Rio Grande do Sul, e pela Confederação Nacional dos Servidores Público, o Dr. Júlio Bonafonte. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia, em participação na *Conferencia Internacional - El acceso individual a la justicia Constitucional en América Latina*, em Arequipa, Peru. Plenário, 29.05.2013.

Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber e Teori Zavascki.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Assessor-Chefe do Plenário